



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Gestão
Superintendência Central de Política de Recursos Humanos
Diretoria Central de Gestão do Desenvolvimento do Servidor

Cartaz	Artigo	CAPITAL SOCIAL: LIMITES À GESTÃO PARTICIPATIVA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS
	Tema	Assessorar a elaboração e revisão da estratégia e seu desdobramento às unidades administrativas.
	Competência	Apoiar, em nível setorial, a condução do processo de elaboração do PPAG e LOA e de revisão do PPAG, observando a legislação pertinente e o planejamento governamental atuando de forma articulada, flexível, crítica, imparcial e organizada, alinhando a estratégia setorial ao PMDI. Veja a descrição da competência.
	Resumo	Experiências em todo o mundo apontam que a efetiva participação da comunidade nas ações e serviços de saúde é imprescindível para a melhora dos resultados sanitários. Nesse sentido, os modelos de manejos das condições crônicas têm contemplado amplamente diretrizes para empoderar os usuários para que sejam capazes de tomar decisões relativas ao seu próprio manejo. Minas Gerais avança ao apostar no Modelo de Atenção às Condições Crônicas de Mendes (2007) e apresenta estratégias robustas para a implantação de tal modelo. Assim, o presente trabalho apresentará alguns aspectos do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC) adotado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, bem como o desafio encontrado pelas políticas de gestão participativa em torno do baixo acúmulo de capital social da população brasileira, cujas soluções são previstas no MACC. As duas estratégias da SES/MG apresentadas (a Rede Minas Saúde e a Rede em defesa da vida) demonstram-se alinhadas ao MACC e eficazes quanto à capacidade de alcançar a participação popular.
	Autor	Ariane Marques Leite; Bruna de Castro Salviano Nicolato
	Link	Capital social: limites à gestão participativa nos serviços de saúde do SUS
	Conhecimento	Redes de Governo